

Comunicação apresentada ao **I Encontro de Arquivos do Atlântico: Memória, Informação e Desenvolvimento**. Ribeira Grande, 11 e 12 de Maio de 2009. Organização: Câmara Municipal de Ribeira Grande (Açores) e Delegação Regional da BAD. Uma versão menos desenvolvida também foi apresentada ao **VII Encontro Regional de BAD: Tempos de Mudança**, Vila Franca do Campo (Açores), 6 e 7 de Novembro de 2008.

## **O PROJECTO DE ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO DEFINITIVO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PONTA DELGADA**

Rute Dias Gregório

Centro de História de Além-Mar,  
Universidade dos Açores e Universidade Nova de Lisboa  
rute@uac.pt  
<http://rutegregorio.wordpress.com>

**Sumário:** Esta comunicação apresenta o projecto de intervenção em curso no arquivo definitivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada. Partindo do diagnóstico de situação, definindo os objectivos a atingir e apresentando os pressupostos básicos e linhas orientadoras da acção, definem-se as fases do trabalho a concretizar.

**Palavras-chave:** Arquivo definitivo; Projecto de intervenção; Misericórdia; Ponta Delgada; Açores

### **0. Introdução**

Apesar do que por vezes somos levados a concluir quando nos debruçamos sobre a literatura técnica e científica contemporânea, a visão custodial e patrimonialista da Arquivística que terá vingado até aos anos 60 do século XX (80/90 nosso país), pelo menos em Portugal não terá sido sinónimo de significativo desenvolvimento dos até há pouco tempo chamados arquivos históricos de muitas entidades e instituições públicas e privadas.

Mais ou menos esquecidos por anos de “armazenamento” e “depósito”, em condições que naturalmente variaram de organização para organização, o dito “arquivo histórico” ou mesmo até o “arquivo morto” de várias instituições, no fundo o conjunto documental que compõe o respectivo arquivo definitivo, foram por muito tempo e continuam a ser relegados para as habituais zonas de arrumos, onde se alojam

conjuntamente com os objectos e/ou equipamentos aparentemente sem préstimo (é uma imagem comum, todos a conhecemos!).

Nos últimos anos, por estímulo interno ou externo, tem-se assistido, junto das misericórdias portuguesas, a uma paulatina consciencialização da importância e significado informativo, social, histórico e patrimonial dos seus arquivos. Este movimento enquadra-se num despertar que remonta ao ano de 1988, ano em que a Conferência Episcopal Portuguesa avançava com as primeiras indicações quanto ao tratamento dos acervos das irmandades e confrarias<sup>1</sup>. Na década de 90, acentua-se o tom relativo à protecção do património cultural da Igreja, em geral<sup>2</sup> e, mais definitivamente, a questão dos arquivos vem reforçar-se com a publicação da conhecida Carta circular sobre a “função pastoral dos arquivos eclesiais” (da Comissão Pontifícia dos Bens Culturais da Igreja) em 1997. Esta Carta, orientando-se principalmente para o desenvolvimento dos arquivos diocesanos, propunha que estes se tornassem exemplares para os das demais entidades de algum modo ligadas à Igreja. Neste conspecto, a emergência de diversas iniciativas, por exemplo ao nível da formação de técnicos, acabaram por impulsionar os trabalhos de tratamento arquivístico de várias instituições, nomeadamente em misericórdias<sup>3</sup>.

Concomitantemente, a 21 de Junho de 2004 foi assinado um protocolo entre a União das Misericórdias Portuguesas e o então Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (hoje assumido pela DGARQ). O protocolo visava para as misericórdias o suporte logístico para esclarecimentos ou intervenções neste âmbito, o fomento da cooperação institucional no tocante à formação científica e técnica na área, o apoio necessário para os processos iniciais de inventariação dos arquivos históricos, entre outros. Em contrapartida, as misericórdias portuguesas garantiriam o acesso aos seus acervos, bem como seriam mais sensíveis ao possível empréstimo dos mesmos em caso de actividade ou exposição justificativa.

Hoje começam a ser, em parte, já visíveis alguns reflexos práticos de tais pressupostos. Quando não depositam os seus espólios em arquivos regionais/distritais e/ou municipais, algumas destas instituições têm procurado tratar a documentação que produziram e acumularam ao longo dos sua existência multissecular. Aliás, tal política de tratamento directo do respectivo património arquivístico, vem ao encontro das

---

<sup>1</sup> Pedro Penteadó – *Arquivos de confrarias e irmandades...* 172.

<sup>2</sup> Pedro Penteadó – *Política de gestão de arquivos para a Igreja portuguesa...*, p. 4.

<sup>3</sup> Pedro Penteadó – *Política de gestão de arquivos para a Igreja portuguesa...*, pp. 4-7.

instruções já emanadas pela Conferência Episcopal Portuguesa em 1988, no sentido das confrarias e irmandades (nas quais também podemos integrar, num certo sentido, as misericórdias) não alienarem as responsabilidades que têm sobre os seus acervos”<sup>4</sup>.

Por outro lado, novos resultados igualmente se vão concretizando na teorização que vem sendo feita sobre este tipo específico de arquivo organizacional, entre os quais destacamos naturalmente os trabalhos de Pedro Penteado, mas também no tratamento e disponibilização dos fundos documentais. No último caso, salientamos alguma produção e edição de instrumentos de pesquisa como guias de fundos, inventários e catálogos<sup>5</sup> e, por vezes mesmo, na disponibilização de catálogos online (o que geralmente acontece quando o acervo está depositado em arquivo público - Aveiro). No caso das ilhas, destacamos o guia arquivístico da Misericórdia da Ribeira Grande, de Lia Azevedo Nunes, que (ao que sabemos) está em vias de publicação<sup>6</sup>. Sem dúvida que nos parece ser esta uma tendência cada vez mais visível junto deste tipo de instituições.

Em simultâneo, reconhecamo-lo, no geral tal tendência parece privilegiar a actuação na vertente patrimonial, ou seja, no tratar e conservar dos arquivos definitivos (daqueles que permanecem/ram nas caves, vãos de escada ou sótãos). Principalmente, e este é que é o problema maior em ambas as vertentes (tanto na do arquivo definitivo, como na do administrativo), é muito raro partir-se do pressuposto da necessidade de uma política integrada de gestão arquivística, em que arquivos administrativo e definitivo sejam tratados como duas componentes de um mesmo sistema de informação. Apesar da corrente quebequense defensora da “Arquivística Integrada” se ter vindo paulatinamente a afirmar no nosso país a partir de finais de 90<sup>7</sup>, ainda não se entendeu em definitivo que o tratamento do arquivo administrativo está ligado ao do definitivo, porque ambos são o “mesmo”, só que relativos a tempos diferentes em termos administrativos, de gestão e de actuação.

É contudo difícil, e até melindroso, fazer compreender este conceito às instituições, integrado ao nível da gestão e sistémico na concepção, e o imenso esforço requerido em termos de tempo, associado aos recursos humanos e financeiros disponíveis (quase sempre escassos e pouco especializados, no 1º caso), fazem-nos

---

<sup>4</sup> Pedro Penteado – *A investigação em sistemas de arquivo organizacionais...*  
<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5611.pdf>.

<sup>5</sup> Casos das misericórdias de Viana do Castelo (1997), Lousã (recenseamento - 1997), Reguengos de Monsaraz (2002), Sesimbra (2007),

<sup>6</sup> Agradecemos à autora e responsável pela organização do arquivo a disponibilização de um exemplar policopiado.

<sup>7</sup> Como a publicação do manual de Jean-Yves Rousseau e Carol Couture – *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: D. Quixote, 1998, não deixaria de indicar. Cfr. PENTEADO, p. 4

tentar dar passos curtos, mas seguros, na medida do que pode e deve ser alcançado no imediato e no que o sucesso das intervenções iniciais pode servir de alavanca para as fases e as acções futuras [reconheço, aqui, uma atitude formativa e de sensibilização sistemática e paciente].

## **1. Identificação e nascimento do projecto**

Neste quadro, o projecto de intervenção imediato no arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, que nos ocupa, incide apenas sobre o respectivo arquivo definitivo. Não teve origem directa ou primeira nestas novas movimentações ou linhas de orientação da Ciência da Informação e da Arquivística em particular. Nasce, como muitas vezes acontece, de uma proposta inicial de reconstrução historiográfica da instituição, conduzido por Fátima Sequeira Dias, da Universidade dos Açores e também entregue a Manuel Sílvio Alves Conde, Susana Goulart Costa e à vossa interlocutora, todos investigadores da referida academia.

A prossecução dos estudos historiográficos, cujas primeiras concretizações se irão apresentar no final deste ano de 2009, esbarrou de imediato com um obstáculo de monta que, em simultâneo, constituía também o seu alicerce mais forte e que era o arquivo definitivo daquela instituição. Alicerce mais forte, porque é necessário existirem fontes para viabilização da construção histórica e porque o Fundo da Santa Casa se constitui num filão e manancial riquíssimos, ainda com muito por desvendar. Obstáculo de monta, porque as condições do arquivo não eram, de modo nenhum, as adequadas à prospecção e levantamento da informação necessária à realização de tal desiderato.

Assim sendo, tomou corpo o projecto de organização do arquivo definitivo, o que acabou por ofuscar e/ou adiar o primitivo projecto para um segundo momento e, diríamos mesmo, acabou por implicar a arquitectura não de 1, mas de 2 projectos para a Misericórdia de Ponta Delgada: o 1º de organização e conservação do seu arquivo definitivo, que me foi entregue pessoalmente, e o 2º de construção historiográfica, da responsabilidade de Fátima Sequeira Dias, Manuel Sílvio Conde e Susana Goulart Costa. A par, e consubstanciado no 1º, erigiu-se também um programa formativo envolvendo os alunos da licenciatura da Património Cultural.

É pois neste carácter multiforme, abrangendo as múltiplas componentes científicas, técnicas e educativas, que se apresenta o plano de trabalho actualmente envolvendo o arquivo definitivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.

## **2. O acervo e as respectivas condições de conservação**

Para melhor compreendermos as prioridades e as fases definidas para o projecto, abordemos e ilustremos as condições em que se encontra o acervo.

O conjunto de unidades de instalação, propostas para organização e conservação pela Santa Casa, é composto por 243 pastas, 956 livros e 1792 maços. Depois de devidamente instalados, estima-se uma ocupação de estantes e prateleiras no valor de, aproximadamente, 260 m l (263,72) [devo acrescentar que amiúde, vêm sendo incorporados livros e pastas ao acaso descobertos na casa. O que se torna interessante, é que um saco velho com livros papeis prontos para ir para o lixo já se torna objecto de observação e cuidado por parte dos colaboradores da Santa Casa, o que mostra, no mínimo, o crescendo da consciencialização da importância da documentação da Casa).

Em termos de localização, encontra-se distribuído, *grosso modo*, por 3 principais depósitos do actual edifício da Santa Casa, sito ao Campo de S. Francisco, a saber:

- . pelo Consistório, ou sala de reuniões dos irmãos da Misericórdia, em 2 armários de madeira fechados;

- . pelo 4º piso do edifício (o último), sector Nascente, uma boa parte em armários com portas, que hoje sabemos terem sido propositadamente construídas para o efeito mas que por não o conseguirem albergar no todo implicaram que se expandisse para áreas e equipamentos obsoletos confrontantes

- . e, no mesmo piso, sector Sudoeste, pelo conhecido “arquivo morto” e casa das máquinas, depósito de maços de documentação relativos a processos clínicos, datados entre 1935 e 1975, alguns assinalados como “microfilmados” embora ainda não se saiba onde possam estar tais suportes nem em que condições técnicas e legais foram realizados (pista do hospital de PDI).

Foi-nos apresentada a intenção da anterior Provedoria em deslocalizar e reunir todo este fundo numa área em projecto de recuperação, no rés-do-chão do edifício, ocupando em parte o espaço hoje entregue a uma conhecida agência bancária. A ideia vem já de finais do ano de 2007, mas não esteve ainda contemplada no Plano de Actividades e Orçamento Ordinário de Investimentos de 2008. A zona então vistoriada,

e preferencial para o efeito, contempla já três boas áreas para dividir entre depósitos e áreas de serviço, bem como outra para instalação do atendimento público.

De qualquer modo, devo dizer que no quadro dos actuais corpos gerentes da Misericórdia, parece-se ter voltado à ideia do arquivo continuar no espaço onde se encontra, provendo-o de condições mais adequadas [diapositivo]. Esta questão ainda não foi discutida com a profundidade que desejaríamos e os detalhes sobre esta estrutura, serviço e nova valência da SCMPD são difíceis de avançar por agora (aliás, talvez esteja ainda a emergir uma 3ª possibilidade, se o projecto de instalação do arquivo diocesano de Angra, já anunciado na imprensa, for concretizado). Não obstante, quero dizer que é na expectativa de permitir o acesso público ao acervo que trabalhamos, e contamos ter uma palavra a dizer neste conspecto, no âmbito da Assembleia Ordinária de Irmãos de que fazemos parte (consumidores internos).

### **3. Objectivos, fases e linhas de acção do projecto**

De qualquer modo, feita que foi a primeira avaliação das actuais condições e da localização do arquivo, da qual ressaltavam as precárias condições de higienização, particularmente estas, mas também de acondicionamento e conservação urgente, pois, estabelecer um plano de trabalho que logo se definiu nas seguintes linhas de acção/concretização:

**1ª Linha de acção:** Iniciar e concluir as tarefas de higienização mínima e acondicionamento preliminar, com carácter de urgência. Estas tarefas servem naturalmente intuítos de conservação e manutenção, proporcionam também o primeiro contacto e conhecimento do universo documental, diagnosticam o estado de conservação do mesmo e as emergências de intervenção.

Nesta fase também se integram todas as demais intervenções de conservação preventiva conhecidas, no sentido de se retirarem todos os elementos estranhos aos documentos (como clips, etiquetas, marcadores em cartão e papel ácido, entre outros). Não obstante, todos estes corpos são antecipadamente analisados no seu significado, mormente no tocante a eventuais formas de organização / classificação do Fundo, ficando registados todos os dados na respectiva tabela de descrição provisória.

Ainda nesta fase estão a ser detectados eventuais ataques de agentes biológicos, como microorganismos (bactérias ou fungos) e insectos (traças, caruncho, bichos de prata...), tal como outros tipos de desgaste provocados pela qualidade da tinta, pela acção humana e/ou pelo acondicionamento inadequado.

Naturalmente que a decisão de tratamento das situações referentes a infestações de organismos, microrganismos e/ou insectos, em particular, só é possível com recursos e técnicas externos à instituição, para o qual se tenta sensibilizar a Santa Casa da Misericórdia. Nesse contexto, tanto o Provedor como a Mesa Administrativa já foram alertados, por escrito, para o carácter infestante e de ampla reprodução destes agentes biológicos, com gravosas e inexoráveis transformações físicas e químicas dos materiais de suporte e conseqüente perda da informação neles contida (bolha de expurgo, ambiente potencialmente infestante...).

Por falta de uma área própria de higienização, houve que improvisar bastante neste aspecto. Continua a haver, no entanto, a necessidade imperiosa de criar espaços diferenciados de colocação das unidades de instalação / documentos nas diversas fases do processo: antes, durante e depois da limpeza. Tudo isso depende da adaptação logística de outra sala, já disponível para o efeito, e da instalação de novas estantes.

Nestas tarefas de higienização, acondicionamento, detecção das situações mais graves ao nível da conservação, de adequação dos espaços e noutras tarefas, como as que referirei, têm sido absolutamente fulcrais as contribuições e o empenho dos alunos de estágio do referido curso de Património Cultural e de outros voluntários do mesmo curso. Naturalmente que todas as suas acções são controladas e supervisionadas a partir de um programa pré-definido, que em termos técnicos abrange actividades como as referidas de higienização, acondicionamento, pequenos restauros, descrição documental ao nível da unidade de instalação e produção de instrumentos de pesquisa/acesso e, em termos teórico-práticos, desenvolve as problemáticas da implantação de um Sistema de Informação Arquivo.

Esta abordagem dos conteúdos programáticos do estágio apresenta-nos já as linhas seguintes de acção planificadas que são

**2ª linha de acção** que se constitui pela análise e descrição individualizada de cada uma das unidades de instalação,

**3ª linha de acção** que consiste no reagrupar as unidades de instalação e/ou documentos compostos e documentos simples, por conteúdos uniformes, no contexto do quadro de classificação que concomitantemente se irá definindo – estabelecimento das séries.

A 2ª linha de acção desenrola-se presentemente utilizando uma simples tabela em Excell (continuamos no nível “parafuso”), preparada para o efeito. Esta análise visa identificar os documentos, atribuir-lhes um nº de controlo, registar possíveis e anteriores

numerações, registar as respectivas datas limites, permitir o levantamento das funções/actividades a que dizem respeito, etc. Para mais, impõe os campos obrigatórios da ISAD(G) e das ODA ao nível da descrição da unidade de instalação e/ou documento composto e/ou documento simples. Esta tabela já oferece algumas funcionalidades ao nível da pesquisa, através de filtros, que de qualquer modo estão a ser aperfeiçoadas.

Tal linha de acção é por demais importante, porquanto o arquivo continua sem dispor de um qualquer instrumento de controlo que abranja todos os documentos (o que no quadro de projectos de investigação em curso se torna bastante problemático).

No âmbito de uma possível anterior organização, apenas foi possível detectar numerações sequenciais das unidades existentes no Consistório, divididas por 2 armários, mas também presentes em algumas do 4º piso, zona Nascente.

À medida que se higienizavam e analisavam essas unidades, deparou-se igualmente com um índice elaborado por Nestor de Sousa, em 17 de Setembro de 1975, documento de controlo que nunca terá funcionado com tal. De qualquer modo, este precioso levantamento constitui o nosso único e precioso auxiliar para confrontação das unidades existentes naquele depósito em particular (o Consistório) e da sua possível organização no passado. Também detectámos, igualmente, um inventário dos livros da Santa Casa, dos anos de 1709, 1710 e 1711, que pelo menos para aquela época poderá vir a servir para confrontar a sobrevivência das respectivas existências.

Por outro lado, a falta de recursos, em inícios de 2008, para a aquisição de um programa mais adequado à descrição arquivística, a necessidade futura de avançar para níveis de descrição mais amplos, (e que nos parecem pouco compatíveis com uma tabela Excell porque visualmente confusa), fez-nos avançar para a concepção e preparação de base de dados um mais ambiciosa que, de uma forma mais amigável, permita apresentar todas as zonas de descrição obrigatória da Norma para todos os níveis de descrição. Não é esta a solução perfeita mas é, tal como é a da anterior tabela, uma solução que implica o uso dos recursos actuais da instituição. Sabemos que o DigitArq está disponível, creio que desde Fevereiro deste ano, no site da DGARQ. Tivemos a oportunidade de usufruir de formação nesta plataforma, ministrada pelo Dr. António Sousa, do Arquivo Distrital do Porto e reconhecemos as virtualidades excepcionais da plataforma. A concretizarem-se os nossos desejos, num futuro que ainda não determinamos temporalmente, vai constituir a nossa aposta nos módulos que entendermos necessários.

Já quanto à 3ª linha de acção, o reagrupar as unidades de instalação e/ou documentos compostos e documentos simples por conteúdos uniformes, no contexto do quadro de classificação que entretanto se tentará definir, avulta-nos uma tarefa morosa.

Em termos tipológicos, e apenas a partir do que já se encontra levantado, detectamos a documentação própria e associada à escrituração definida desde cedo para as misericórdias.

Por um lado, os livros de compromissos e/ou estatutos, textos outorgados inicialmente pelo Rei, com o Liberalismo pelos Governadores Civis, com o Estado Novo pelos Ministros do Interior e actualmente pelos Bispos (desde 1979, DL 519-G2/79, de 29 de Dezembro). Por outro, os livros de receita e despesa, livros com designação diversificada ao longo do tempo – livro corrente, livro da santa casa, livro da confraria..., também os livros de assento dos irmãos ou livros da irmandade, os livros de acórdãos/acordos/actas, os livros de assento de enterramentos, os tombo de propriedades e bens, por vezes ditos livros de notas, os livros de entrada e saída de doentes e ainda muitas mais tipologias documentais, que teremos ensejo de levantar.

De qualquer modo, compilar a informação necessária para o conhecimento do contexto orgânico, funcional e legal da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, ao longo de cinco séculos de existência, exige algum esforço de investigação que obriga a alguma recolha de dados e à análise documental<sup>8</sup>.

Apesar de privilegiarmos a documentação de referência habitual, como Compromissos/Estatutos, Planos e Relatórios de Actividades, Legislação e Normas, o processo ameaça ocupar uma boa parte do tempo do projecto. Vem-se tentando estudar já um corpo documental e informativo actual sobre a instituição, partindo do seu Compromissos ou Estatuto, com as mais recentes alterações aprovadas pela Assembleia Geral ordinária da Irmandade de 29 de Novembro de 2005 e por D. António Sousa Braga, Bispo de Angra e Ilhas dos Açores, a 28 de Março de 2006, também com base nos respectivos relatórios de actividades e planos de orçamento recentes, tendo tido acesso aos do último ano, para melhor se compreenderem as valências da instituição e as formas da gestão e circulação da informação.

Para mais, igualmente procurámos conhecer o arquivo administrativo, o qual até 1975 teve uma estrutura centralizada, envolvendo o próprio hospital, com um subsistema de arquivo para a valência económica, assumida pela então Caixa

---

<sup>8</sup> *A investigação em sistemas de arquivo organizacionais...*, p. 11.

Económica da Misericórdia. Actualmente, uma outra valência configura um novo subsistema de informação arquivo: a MEP ou Misericórdia – Escola Profissional. Todas as demais valências, na área do apoio social e da saúde, objectivados por um lar de idosos, um centro de cuidados continuados, duas creches (A Pequenada e O Regaço) e o serviço de apoio ao domicílio, concentram os fluxos informacionais num único arquivo e num único serviço administrativo.

A documentação já levantada e o conhecimento das áreas de intervenção da Misericórdia de Ponta Delgada, atrás referidas, estimulam-nos à concepção de secções de carácter funcional. Não obstante, estamos atentos às teorias que defendem o modelo orgânico na classificação deste tipo de arquivos e estruturas. No entanto, o muito que ainda há a fazer no quadro do levantamento documental, levam-nos a sermos cautelosos na emissão de pareceres muito vinculativos (ouviremos o que têm a dizer).

Dito isto, esperemos que mais umas horas de trabalho sobre as informações deste arquivo nos dêem o discernimento e a clareza da opção mais adequada. Estamos a trabalhar paulatinamente nesse intuito e também aguardamos as 1<sup>as</sup> reconstruções do projecto historiográfico para melhor aferir e fundamentar as nossas opções.

De qualquer modo, teremos sempre presente que este não é um arquivo fechado e que deverá ter a flexibilidade suficiente para acolher as novas incorporações e as novas realidades informativas desta Santa Casa. Para mais, também prosseguimos no difícil intuito de, pelo exemplo e pela troca de ideias, de alguma forma sensibilizarmos para a necessidade da referida gestão integrada dos arquivos da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada.

Se a isto juntarmos uma 2<sup>a</sup> fase do projecto (daqui a 2,5 anos/3 anos), e que são:

4<sup>a</sup> linha de actuação: dar conselho sobre a infra-estrutura material de acolhimento e conservação futuros do Fundo, do edifício ao controlo do meio ambiente e ao mobiliário (seja ela a que for).

5<sup>a</sup> Linha de actuação: elaborar e propor um regulamento de utilização do respectivo Arquivo.

6<sup>a</sup> Linha de actuação: garantir a transferência do acervo em segurança e colaborar na atribuição de cotas topográficas

7<sup>a</sup> Linha de actuação: dar conselho e promover uma política sustentada de acesso, de preservação e organização do Arquivo no futuro, no quadro de uma política de gestão da qualidade

Se aí chegarmos e tudo pudermos concluir, cremos abranger os principais aspectos emergentes à implantação do sistema de informação arquivo da SCMPD.

Neste sentido, e no melhor sucesso do projecto, só poderemos afirmar que envidaremos todos os nossos esforços.

PRÉ-PUBLICAÇÃO